



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**FEMINISMO MATRICÊNTRICO:  
UM DEBATE DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE A FIM DE CONTRIBUIR  
À HISTÓRIA DAS MULHERES E AOS ESTUDOS DE GÊNERO**

Luana Borges Lemes<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir do conceito Feminismo Matricêntrico, da autora Andrea O'Reilly (2016), distinguem-se conceitualmente maternidade e maternagem, com objetivo de valorizar o debate no feminismo acadêmico. A perspectiva fundamenta esta pesquisa na revisão bibliográfica sobre a contribuição dos estudos maternos na História do Tempo Presente diante das narrativas da História das Mulheres e dos estudos de Gênero. Nesse sentido, as relações de gênero e o feminismo suscitam o tema maternagem, que foi pouco desenvolvido no feminismo de segunda onda em detrimento do tema maternidade, como um novo campo de estudos e práticas sob o locus social e político das mães no século XXI. Analisa-se a conceituação de maternidade essencializada e maternagem intensiva, que mantêm uma hierarquia de gênero e o capitalismo neoliberal nesse segmento, o trabalho doméstico e as tarefas de cuidados nas famílias, além das discussões acerca do feminismo matricêntrico para valorizar o feminismo das mães. Assim, ampliam-se os estudos maternos que, desde os anos 1980, pensam sobre questões de gênero vivenciadas pelas mães através da história das mulheres, como uma categoria social e política, a qual reconhece suas diferenças integradas e legitimadas em um feminismo próprio.

**Palavras-chave:** Gênero, Maternagem, História das Mulheres, História do Tempo Presente.

## **INTRODUÇÃO<sup>2</sup>**

A contribuição dos estudos maternos para o campo da História do Tempo Presente por meio das narrativas da História das Mulheres e dos estudos de Gênero justificam a abordagem central da maternagem como um tema pendente no feminismo e no ambiente acadêmico. Buscando visibilizar a importância desse debate, este trabalho apresenta parte da

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bolsista PROMOP e integrante do LABGEF/UDESC, com orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Maria Favero Arend. E-mail: luborgeslemes@gmail.com

<sup>2</sup> Este texto origina-se da dissertação de mestrado de Luana Borges Lemes intitulada “Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe” (2018), com bolsa CAPES e orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joana Maria Pedro, pela Universidade Federal de Santa Catarina.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



revisão bibliográfica da dissertação que utilizou como fonte de pesquisa entrevistas em profundidade com integrantes da plataforma Cientista Que Virou Mãe, a fim de investigar as novas práticas de maternagem e o feminismo dessas mulheres. A perspectiva valoriza as vivências maternas, tendo em vista a dificuldade de conciliar carreira profissional e maternidade para as cientistas e a maioria das trabalhadoras. Diante disso, os estudos maternos no ambiente acadêmico se tornam debates emergentes no século XXI como evidencia Andrea O'Reilly<sup>3</sup>, professora titular na York University, cuja obra contribui significativamente para as reflexões nesta pesquisa por meio do seu conceito feminismo matricêntrico, ao pensar a transformação de práticas cotidianas e de políticas públicas para reivindicar direitos às mulheres mães.

Na última década, o feminismo reivindicado pelas mães gerou interpretações equivocadas entre estudiosos(as), que não reconheceram a interseção da opressão de gênero específica ao tratar da maternidade “por esse motivo, as mães precisam de um feminismo próprio - que posicione as preocupações das mães como o ponto de partida para uma teoria e uma política de empoderamento” (O'REILLY, 2016, p. 971). As bases teóricas do feminismo matricêntrico fomentam o debate sobre construção de gênero, por meio de maternidade, para ser integrado às discussões do feminismo acadêmico porque “a maternidade importa e integra a subjetividade das mães e suas experiências no mundo [...] a apreensão sobre a diferença de gênero é o elefante na sala do feminismo acadêmico” (O'REILLY, 2016, p. 204). Trata-se da discussão fundamental sobre maternidade na militância feminista e nos debates acadêmicos feministas, para promover equidade de gênero.

Para tanto, Andrea O'Reilly (2016) afirma que é necessário distinguir maternidade e maternagem, para desfazer a confusão conceitual e prático entre os temas. Os conceitos foram inicialmente traduzidos ao português por Maria Collier de Mendonça (2014, p. 26):

---

<sup>3</sup> Professora titular na Escola de gênero, sexualidade e estudos das mulheres da York University em Toronto no Canadá e fundadora do campo dos estudos maternos/ *motherhood studies* (tradução de Maria Collier de Mendonça 2014) no país. O'Reilly também é diretora da MIRCI (Motherhood Initiative for Research and Community Involvement), organização que atua mundialmente para reunir pessoas da área acadêmica, ativistas e demais interessadas em promover debates sobre maternidade, maternagem e feminismo.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



(...) *motherhood* cunhada por Adrienne Rich<sup>4</sup> (vinculada ao poder biológico e aos significados institucionais e simbólicos e culturais) [...] *mothering*, o qual resulta da fusão do verbo *to mother* em inglês com o sufixo *ing*, o que indica ação e processo contínuo [...] o sufixo *agem*, de origem latina, que expressa a ideia de ação ou resultado de ação em português.

O termo maternagem, conforme Mendonça (2014), vem sendo utilizado por áreas da psicologia e do serviço social para designar tarefas de cuidado com bebês e crianças realizadas por mães e pais biológicos ou adotivos, professores, babás e demais cuidadores. Ao ampliar o entendimento dos termos, Andrea O'Reilly (2016) argumenta que ao abordar vivências reprodutivas muitas mulheres eram cunhadas de essencialistas, então, as conversas necessárias sobre maternagem desapareceram do feminismo acadêmico no século XXI, bem como os demais assuntos que envolvem a maternidade (menstruação, gravidez, parto, amamentação). Para valorizar novos debates, “a distinção, cunhada por Rich, entre maternagem e maternidade foi o que permitiu que as feministas reconhecessem que a maternidade não é naturalmente, necessariamente ou inevitavelmente opressiva” (O'REILLY, 2016, p. 92) . Ao contrário disso, a maternagem pode ser vivenciada como lugar liberto da maternidade como instituição patriarcal, promovendo mudança social.

Essa diferença, no entanto, não é reconhecida na maioria dos debates feministas acadêmicos, o que impulsiona os estudos maternos a entender as questões maternas sem reduzir as mulheres mães à maternidade, tampouco definir que isso as tornam mulheres ou que a maternidade importa mais do que outros aspectos constitutivos de uma mulher. Os estudos maternos destacam que a vida das mulheres como mães precisa ser analisada em sua integralidade, por isso se torna relevante um feminismo próprio teórico e prático, que potencialize uma transformação social com as práticas de maternagem.

Nesse sentido, o feminismo matricêntrico pode atuar politicamente para que as mulheres mães ressignifiquem suas vivências e reivindiquem seus direitos, o que implica em uma debate ampliado sobre questões estruturantes desta pesquisa para desenvolver o caminho teórico na historiografia por meio dos estudos de gênero e da história das mulheres. Considera-se que maternagem foi tema pouco desenvolvido no feminismo de segunda onda,

---

<sup>4</sup> Adrienne Rich é a autora do livro “Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution” (1976), que influenciou a maneira como toda uma geração de estudiosos pensa sobre a maternidade, segundo O'Reilly (2016).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



apesar de tratar sobre maternidade, e no século XXI ambos os temas passaram a ser discutidos com maior regularidade e profundidade, sobretudo, por grupos ativistas e autoras feministas. A análise histórica das categorias, portanto, fundamenta a pesquisa, a fim de entender como o debate histórico evidencia novas práticas de maternagem feministas.

### **CAMINHO TEÓRICO**

O processo de construção histórica do campo de pesquisa ao qual agrega esta pesquisa é apresentado por Joana Maria Pedro (2011, p. 277) em um caminho entrecruzado das teorias feministas e da história das mulheres sob a perspectiva de gênero: “a função dos estudos de gênero que vem —incluindo as categorias ‘mulher’, ‘mulheres’, ‘feminismo’, ‘feminilidades’, ‘masculinidades’ e ‘relações de gênero’, têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico”. Apesar dessa importância, conforme a autora, o campo historiográfico é um dos mais resistentes a reconhecer a categoria gênero assim como as categorias “classe”, “raça/etnia”, “geração”, pois é acusada de ser uma “história militante” devido sua origem de movimentos sociais, o que a descredibiliza. Entretanto, a categoria gênero tem uma história baseada em reivindicações sociais, tal como as outras categorias, o que não as converte em neutras ou mais qualificadas.

Nessa perspectiva, Soraia Carolina de Mello (2016, p. 44) aponta a historiografia das questões de gênero, que na maioria das pesquisas se trata também de uma história das mulheres, porém a história das mulheres e das relações de gênero, apesar de se interligarem, muitas vezes, se opõem, pois deve-se considerar a “divisão do trabalho por gênero, não substituindo ‘sexo’ por ‘gênero’ com o intuito de propor a atualidade da questão, mas considerando as propostas construcionistas, desconstrucionistas, relacionais e em muitos sentidos contingentes da categoria de análise gênero”. Nessa visão relacional, a história do trabalho doméstico não se torna apenas história das mulheres, e sim da humanidade, de homens e de mulheres.

A dicotomia que persiste nos estudos históricos feministas atuais, desde a primeira geração de feministas destacam “que contribuíram para firmar esse campo de estudos, não parece fazer sentido separá-las de sua própria história. (...) a tendência é indicar que elas se deslocaram da história das mulheres para ‘outro lugar’ (os estudos de gênero, o pós-



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



estruturalismo)” (MELLO, 2016. p. 44). Esse comprometimento mostra as mulheres na história em contraponto ao sujeito histórico masculino universal, em pesquisas sobre construções culturais de masculinidade e de feminilidade por meio das relações de gênero e não da divisão sexual polarizada.

As abordagens de gênero utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) dividem-se entre a categoria descritiva, que expõe realidades sem interpretar nem explicar os motivos e a categoria de ordem causal, que explora teorias sobre a origem de tais fatos. Segundo Joan Scott (1989. p. 06), “gênero inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do ‘gênero’ é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980”. Nesse tempo, o uso de “gênero” significou erudição e seriedade, por ser considerado mais objetivo e menos político do que a categoria “mulheres” associada ao feminismo.

A história das mulheres, escrita com maior consistência desde os anos 1970 insere os estudos de gênero em questões que dividiam militantes e pesquisadoras, que se tornaram relevantes à medida que abordavam movimentos de mulheres. O interesse acadêmico pela militância promoveu o conceito de “emancipacionismo” que, para Maria Amélia Teles (1993, p. 10), antes era considerado historicamente um poder masculino e através do feminismo reformulou-se para o “conceito de libertação que prescinde da ‘igualdade’ – para afirmar a diferença – compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina”. Enfatizou-se a partir disso, pesquisas sobre a história da mulher no Brasil, mesmo com limitações elitistas que impediram o acesso às narrativas de trabalhadoras rurais e domésticas de movimentos sociais.

A relação entre feminismo e gênero entre os anos 1970 e 1990 foi influenciada por movimentos sociais, o que repercutia na produção científica, conforme Mariza Corrêa (2001, p. 24): “há uma clara articulação entre o feminismo dos anos setenta e a emergência dos estudos de gênero nos anos noventa, assim como acredito que houve uma estreita vinculação entre as chamadas militantes e as pesquisadoras, naquela época”. De acordo com Mariza Corrêa (2001), isso não implica em negar a existência de pesquisadores não militantes, mas em destacar a dimensão política agregadora dos estudos de gênero nesse período. O feminismo junto à história das mulheres também contribuiu para pensar categorias de análise





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



devido às narrativas produzidas na militância feminista.

[...] nos anos 1970, a categoria seria a de “mulher”, como a que identificaria a unidade, a irmandade, ligada ao feminismo radical. Os anos 1980 seriam aqueles identificados com a emergência da categoria “mulheres”, resultado da crítica das feministas negras e do Terceiro Mundo. O feminismo dos 1990 seria o da categoria “relações de gênero”, resultado da virada linguística e, portanto, ligada ao pós-estruturalismo e, por fim, à própria crítica a essa categoria, encabeçada por Judith Butler (PEDRO, 2011. p. 271).

As teóricas feministas criticam tais periodizações que generalizam a história das mulheres ao desconsiderar enquadramentos políticos do movimento fora das décadas delimitadas pelas “ondas feministas”. Para Joana Maria Pedro (2011), as narrativas devem ser deslocadas da linearidade do tempo para desfazer a noção de progresso, pois se trata de uma periodização centrada na teoria feminista anglo-americana.

O debate ampliado sobre a categoria “gênero” na terceira onda feminista dos anos 1990 se deve sobretudo ao trabalho da historiadora Joan Scott (1989, p. 21) por meio do artigo intitulado Gênero, uma categoria útil de análise histórica<sup>1</sup> citado em diversas pesquisas mundiais: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. O artigo salienta que a disciplina História, segundo Joana Maria Pedro (2011, p. 273), “não era apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo. A história era, ela mesma, responsável pela ‘produção da diferença sexual’, pois uma narrativa histórica nunca é neutra”. Assim, ampliou-se a consciência de que a história constrói o gênero, visto que as narrativas humanas, por muitos séculos, contaram principalmente fatos sobre homens.

Desse modo, as categorias de análise “mulheres” e “gênero” coexistem, mas tratar de gênero a partir da terceira onda crítica feminista de 1990 não significa necessariamente focalizar as “mulheres” e sim abordar relações entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens, que constituem o gênero (PEDRO, 2011). Mas, apesar do famigerado artigo de Joan Scott, o termo “gênero” em obras sobre “mulheres” não tornou “gênero” sinônimo de “estudo das mulheres”, um questionamento feito por diversos espaços acadêmicos, em que a terceira onda feminista fomenta debates sobre o feminismo cultural e ecofeminismo como



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



propulsores de uma quarta onda, incluindo o feminismo queer de Judith Butler e o cyberfeminismo de Donna Haraway (PEDRO, 2011). Os feminismos dos anos 1990 ampliaram a desconstrução teórica sobre o sujeito masculino hegemônico, com o uso do “gênero” em pesquisas acadêmicas.

A história do pensamento feminista rompe com o determinismo sexual pois, segundo Joan Scott (1989. p. 19), “é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos”. Os(as) historiadores(as) feministas teorizavam o gênero como uma categoria de análise e perceberam que abordar as mulheres na história envolve “necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas (...) implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história” (SCOTT, 1989, p. 03-04). O desafio era comprovar que as mulheres tiveram uma história e participaram das principais mudanças políticas da civilização ocidental mas para a maioria dos(as) historiadores(as) não feministas tratou a história das mulheres sobre sexo e família separada da história dos homens sobre política e econômica.

As feministas abordaram esse impasse teórico pensando a história das mulheres sob análises de experiências masculinas e femininas no passado, além da conexão entre passado e práticas atuais (SCOTT, 1989), definindo a importância de questionar como a categoria de análise gênero influencia nas relações sociais humanas confere sentido à organização do conhecimento histórico. As novas problemáticas epistêmicas e categorias interpretativas fora da matriz de gênero dominante produziu matrizes alternativas para mulheres e para homens. As relações de gênero foram pensadas de forma transversal, pois estruturam o conjunto de todas as relações sociais, bem como no mercado de trabalho, possibilitando mudança de relações de poder nesse meio, o que justifica uma intervenção de políticas públicas.

Na perspectiva de gênero, para Nalu Faria (2005), quando não há ações do Estado a fim de mitigar as desigualdades nas relações de gênero, acaba por favorecer os homens, pois as políticas de Estado não são neutras na garantia de tais direitos, o que significa um reforço e naturalização da desigualdade social que implica o gênero se não houver ações em prol das mulheres. Essa estrutura se destaca quando os serviços “voltados para as mulheres se



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



concentram no seu papel de mãe. Políticas de saúde para as mulheres, até hoje, em vários lugares, estão classificadas como materno-infantis, priorizam o cuidado com a criança. Não vêem a mulher como sujeito de direitos” (FARIA, 2005, p. 34). A disparidade desse contexto se encontra nas políticas de saúde para os homens que, tradicionalmente, preocupam-se mais com a garantia de emprego. Por outro lado, os serviços sociais de educação e saúde, em geral, comunicam-se mais com as mulheres que mais usam esse serviço por serem as responsáveis pelo cuidado dos filhos na maioria dos lares. Essa discriminação é problemática diante da crescente inserção profissional de brasileiras em outros espaços de trabalho além do lar.

Mesmo que o modelo de mãe e dona de casa não represente muitas mulheres, por que ainda persiste a ideia de que mulheres devem seguir tal modelo e que trabalhar fora de casa é mais adequado aos homens? A persistência desses papéis tradicionais de gênero são mantidos principalmente pelo mecanismo de naturalização de um sistema social que exige o trabalho dos pais fora de casa e das mães em torno das tarefas domésticas e de cuidados. Contudo, essa organização familiar estrutura-se com a divisão sexual do trabalho, que associa masculinidade ao poder, muito mais do que à feminilidade, o que baseia “sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência (SCOTT, 1989, p. 15). A experiência existe em detrimento do processo de significação da linguagem para ordenar o simbolismo que constrói a identidade de gênero.

A produção de sentidos na linguagem que edifica o imaginário social envolve a construção subjetiva de gênero na base das relações sociais, em que Margareth Rago afirma que a epistemologia feminista dialoga com “os perigos da reafirmação do sujeito ‘mulher’ (...) afinal, a questão das relações sexuais e da mulher nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como ‘sexo frágil’. E na luta pela visibilidade da ‘questão feminina’, pela conquista dos seus direitos” (RAGO, 1998, p. 08). Na busca por fortalecer as identidades das mulheres surge um contradiscurso do campo feminista do conhecimento e uma linguagem feminista também para o trabalho e a base social da família, que representa um importante difusor dos estudos de gênero e das críticas feministas à sociedade de mercado contra a opressão às mulheres.

A linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais para formular uma





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



epistemologia feminista: “para além do marxismo e da fenomenologia, como uma forma específica de produção do conhecimento que traz a marca feminina, tendencialmente libertária, emancipadora. Há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina” (RAGO, 1998, p. 10). A subjetividade tributária da história das mulheres, agrega à “cultura feminina” fomentada pelas mulheres adentrando em massa ao mercado de profissões consideradas masculinas (RAGO, 1998). A linguagem cultural se feminiza com novos questionamentos e transformações radicais desse contexto social, junto à contribuição do aporte teórico feminista especialmente libertário.

A teoria feminista, ainda, fundamenta uma economia que busca integrar e analisar a realidade de mulheres e homens, sobre o princípio básico de satisfação das necessidades humanas. A história das mulheres avança, nesse contexto, por meio do pensamento fomentado pela economia feminista, que mostra como a economia monetária depende da economia não monetária. Os estudos de gênero com enfoque no trabalho doméstico através de indicadores não androcêntricos são fundamentais para questionar as problemáticas suscitadas pela economia feminista (CARRASCO, 2008). Desse modo, a teoria política do “direito a ter direitos” insiste “na discriminação e na desigualdade das mulheres em relação aos homens [...] esta perspectiva propõe que a situação seja compreendida a partir das próprias mulheres, de suas potencialidades, e não daquilo que lhes falta para se igualarem aos homens” (CARRASCO, 2008, p. 94). Assim, questiona-se a necessidade de uma nova história para mulheres e para homens, para além do discurso dominante e das transformações lineares, em um processo simultâneo de conviver entre práticas tradicionais e novas práticas e ideias sobre relações de gênero.

A crítica feminista, nesse sentido, contribui para desfazer a omissão dos homens no trabalho doméstico e reestruturar o compartilhamento familiar de tarefas do lar e de cuidados. Desconstroem-se, assim, resquícios de um legado histórico cultural, no qual as mulheres assumem a maioria dessas funções, como no modelo de “boa mãe” elaborado por Rousseau, entre outros intelectuais, às mães francesas desde o século XVIII. Esse fato incentivou práticas de maternagem padronizando a cultura de cuidados no ocidente, que na época visavam diminuir a mortalidade das crianças amamentadas fora de casa por amas de leite nos primeiros anos de vida. Cultivaram-se relações afetivas mais estreitas entre as mães e seus



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



filhos, com um amor conquistado através de cuidados específicos à saúde das crianças, conforme Elisabeth Badinter (1985, p. 206), em que “a mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas”. Esse discurso converge com o mito do amor materno, que construiu historicamente uma exclusividade dos cuidados com os filhos às mães, como algo gratificante apesar de qualquer sacrifício, em que a antiga divisão sexual do trabalho atribui essa função de forma naturalizante.

Segundo Maria Rita Kehl (2008, p. 44, *apud* Mendonça, 2014, p. 53) “ao longo dos séculos XVIII e XIX, a família nuclear e o lar burguês promoveram ‘o casamento não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar’”. Por terem assumido os trabalhos domésticos e a educação dos filhos, as mulheres francesas obtiveram uma espécie de promoção social, associada ao papel de mães sagradas e rainhas do lar (BADINTER, 1985, *apud* MENDONÇA, 2014, p. 70-71)”. Desta maneira, as relações de gênero nas famílias reforçaram os ideais da domesticidade na cultura europeia divergindo dos ideais libertários do período e após três séculos tal visão ainda permanece na sociedade contemporânea. Conforme Sharon Hays (1996 *apud* MENDONÇA, 2014, p. 55) a maternagem intensiva implica na criação socialmente adequada dos filhos guiada por especialistas e métodos centrados nas crianças, intensamente trabalhosos e emocionalmente desgastantes para as mães, além de financeiramente onerosos.

[...] a ideologia de *intensive mothering*/maternagem intensiva contribui para a manutenção da hierarquia de gênero, gera poucas compensações financeiras e sociais para as mães que a seguem e ainda mantém o capitalismo neoliberal. Ao situar a criação de filhos como um trabalho privado a ser desempenhado no território doméstico, esta ideologia desobriga os homens de colaborarem, assim como desobriga os políticos e o Estado de prestarem a devida assistência para estas atribuições. E, para finalizar, constrói relações familiares romantizadas, mascarando eventuais conflitos ou mesmo atos violentos que possam ocorrer no ambiente familiar e reforçando, conseqüentemente, a subordinação das mulheres (HAYS, 1996, p. 178, *apud* MENDONÇA, 2014, p. 59).

Na leitura de Hays (1996, p. 15), o contexto social norte-americano estimula a participação feminina no mercado de trabalho remunerado, concomitante à dedicação exclusiva das mães aos filhos: “entre as exigências da vida profissional e as demandas de vida familiar, entre as imagens historicamente construídas de acolhimento (calor) nutridas por



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



mães de um lado e de mulheres em carreiras frias e competitivas do outro”. Dessa maneira, cria-se um grande conflito entre a lógica competitiva e individualista do trabalho remunerado e a lógica altruísta da maternidade. Mas, o conflito não é individual, pois reflete uma contradição cultural maior, também existente no contexto brasileiro, em que a rede de apoio entre mães se destaca em debates de movimentos feministas e pesquisas acadêmicas.

Segundo Andrea O’Reilly (2016), o processo de libertação da sobrecarga social sobre as mães envolve a desconstrução da “maternidade patriarcal”, que se baseia em dez pressupostos ideológicos. São eles: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação e despolitização da maternidade (O’REILLY, 2013, *apud* MENDONÇA, 2014, p. 27-28). Os pressupostos maternos compõem as normas socialmente aceitas como experiência normal e natural: “a mãe de outra forma é anormal ou não natural. As mães que, por escolha ou circunstância, não cumprem o perfil da boa mãe, são muito jovens ou muito velhas, ou não seguem o roteiro de boa maternidade” (O’REILLY, 2016, p. 371). Andrea O’Reilly (2016), Maria Collier de Mendonça (2014) e Sharon Hays (1996) concordam que os meios de comunicação retratam a maternidade de maneira generalizada e romantizada, o que reforça esse roteiro com modelos maternos exigentes e humanamente inalcançáveis, tornando as práticas de maternagem exaustivas para as mães.

A importância da maternidade deve ser entendida como teoria interseccional no feminismo, pois a opressão e a resistência das mulheres mães na sociedade são moldadas por suas identidades maternas, assim como a das mulheres negras moldam-se por suas identidades racializadas (O’REILLY, 2016). Dessa forma, a maternidade é pensada como uma posição de sujeito e teorizada em termos de interseccionalidade de opressão de gênero, ampliando os estudos maternos no debate feminista acadêmico, desfazendo a equivalência entre maternidade e maternagem, essencialismo de gênero e feminismo matricêntrico.

Visto isso, a distinção conceitual entre os termos maternidade e maternagem possibilita a valorização da maternagem como reconhecimento das vivências maternas e a maternidade como parte constitutiva de suas identidades e subjetividades. Nessa direção, as novas práticas de maternagem são pensadas nesta pesquisa como o cerne da transformação política e social pretendida para as mães feministas, considerando a diversidade de mulheres e



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



suas vivências. Assim, a perspectiva de gênero opera sobre a desnaturalização das construções sociais sobre as mulheres, a fim de pensar outras dimensões das mães, como a relativa ao filho, ao pai do filho e a ela mesma, bem como a tridimensional pois uma mãe também é uma mulher com aspirações próprias, em geral, dissociadas da vontade de sua família (BADINTER, 1985). Os estudos maternos corroboram tais dimensões psicológicas, sociais e políticas das mulheres mães, evidenciando a relevância de estabelecer contranarrativas de maternagem de maneiras plurais de acordo com as vivências maternas.

As novas práticas discursivas de maternagem relatadas pelas entrevistadas desta pesquisa são consideradas maneiras de ressignificar a cultura através da premissa discursiva . a narrativa de um acontecimento deve considerar o tempo e as condições históricas para que as práticas discursivas demonstrem não apenas uma verdade, mas uma perspectiva de que tudo tem uma história (FOUCAULT, 1999). Dessa forma, as narrativas e os fatos relatados nas entrevistas puderam ser relacionadas e tensionadas historicamente junto aos estudos de gênero e a história das mulheres para enfatizar a transformação social e política fomentada pelos estudos maternos e pelas mães com posicionamentos feministas. Tais práticas discursivas expressam as relações de poder em torno das questões de gênero para as mulheres mães, expondo uma urgência do discurso e sua sustentação.

A análise sobre os relatos de relações familiares das entrevistadas e a construções do gênero nesse contexto, junto as motivações como mães para romper laços ancestrais de educação sexista ao se posicionarem em militâncias feministas e construir novas relações de gêneros junto aos seus filhos e suas filhas ponderado que uma mãe feminista não necessariamente terá um(a) filho(a) feminista. Considera-se que apesar do engajamento político e sensível de uma mãe feminista, a pessoa educada por ela pode não se reconhecer feminista e não se preocupar com desigualdades de gênero, principalmente porque não é apenas a mãe que educa e sim um conjunto de interferências da sociedade. Romper com padrões de educação familiar que mantêm a desigualdade de gênero perpassa repensar a responsabilidade de mulheres e homens nas tarefas domésticas e de cuidado, sob a perspectiva multidimensional sobre as mulheres de estudos de gênero e teorias feministas.

O potencial de mudança social das novas práticas de maternagem nas relações familiares direcionadas por valores feministas evidencia a importância que “o movimento



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



feminista do futuro tem que pensar que a educação feminista é significativa na vida do mundo inteiro. Apesar dos avanços econômicos de algumas mulheres feministas (...) não criamos nenhuma escola baseada em princípios feministas” (HOOKS, 2017, p. 45). As referências educacionais feministas para meninos e meninas, homens e mulheres, para tanto, sendo apropriada por uma mídia massiva considerada patriarcal, resulta em uma imagem degradada do feminismo.

O modelo econômico e midiático dominante imprime uma imagem social que desvaloriza e generaliza mulheres e mães, em que o “incremento da feminilidade cada vez mais coloca as mulheres como seres não pensantes [...] Essa mercantilização se expressa segundo a situação de raça, classe, etnia ou religião” (FARIA, 2005, p. 26). O imaginário da feminilidade imposto às mulheres pela construção social de gênero se torna mercadoria e converge com a comunicação de anúncios publicitários na cultura ocidental direcionada às mulheres grávidas e no puerpério, como frágeis e emocionalmente instáveis.

Maria Collier de Mendonça (2014, p. 139) aponta que há “uma intenção de acolher e mimar as gestantes. No entanto, esta intenção não é ingênua, pois objetiva seduzi-las para que comprem mais, ao longo desta etapa de intensas transformações corporais, ambivalências sentimentais e expectativas futuras”. A plataforma Cientista Que Virou Mãe define-se como uma mídia de valores alternativos, em busca da libertação do modelo midiático massivo considerado hegemônico, que retrata essa imagem sobre mulheres grávidas e mães, entre outros estigmas sociais dominantes sobre práticas de maternagem e relações de gênero que mantém opressões e desigualdades às mulheres mães. Nesse sentido, o feminismo matricêntrico propõe debates acerca de conquistas de direitos equitativos entre mulheres e homens, que reivindica uma nova lógica social, que valorize as práticas de maternagem e todos os trabalhos de cuidados tanto quanto o trabalho remunerado.





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (Orgs). **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008. p. 94

CORRÊA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil**: um exemplo pessoal. *cadernos pagu* (16), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001.

FARIA, Nalu. Gênero e Políticas Públicas: uma breve abordagem das relações de gênero (p. 31-38). In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Feminismo e Luta das Mulheres**: análise e debates. Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HOOKS, Bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Tradutoras: Beatriz Esteban Agustí, Lina Tatiana Lozano Ruiz, Mayra Sofía Moreno, Maira Puertas Romo, Sara Vega González. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres**: revista *Claudia* e o trabalho doméstico (1970-1989). Tese de Doutorado em História na UFSC. Florianópolis, 2016.

MENDONÇA, Maria Collier de. **A Maternidade na Publicidade**: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica - PUC/SP, 2014.

O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism**: Theory, Activism, and Practice. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) - **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.